Potencialidades da musealização de sítios arqueológicos: caso da APA de Guaratuba – PR

Potentiality of musealization of archaeological sites: the case of APA of Guaratuba, PR

Rosane Patrícia Fernandes*
Dione da Rocha Bandeira**

Resumo: O patrimônio arqueológico, assim como os museus, no contexto contemporâneo encontram-se inseridos em muitas discussões acerca de seus condicionamentos históricos e sociais e sua vocação para a mediação cultural e patrimonial. Os bens culturais, em seu sentido amplo, compreendem todo o testemunho do homem e seu meio. Este artigo trata de algumas considerações sobre as potencialidades de sítios arqueológicos serem musealizados, já que os museus são compreendidos como instituições permanentes a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que coleciona, conserva, pesquisa, comunica e exibe, para o estudo, a educação e o entretenimento e evidencia o material do homem e seu ambiente, que traduzem heranças distintas dentro do quadro histórico desenhado pela Museologia. Neste estudo em questão trata-se da reflexão de determinados sítios arqueológicos do tipo sambaquis do Parque Estadual do Boguaçu, localizados na APA de Guaratuba. Determinados sítios arqueológicos, que comportam visitação podem ser incluídos na categoria de museus a céu aberto e utilizados como locais de pesquisa e de espaços educativos, assim como de divulgação da necessidade de proteção destes bens patrimoniais. Os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento deste estudo foram bibliográficos, documentais e de estudo de caso.

Palavras-chave: Museus. Patrimônio Arqueológico. Museu de Sitio; Museu Arqueológico a céu aberto. Áreas de Preservação Ambiental.

Abstract: The archeological heritage, as well as the museums, in the contemporary context are embedded in many discussions about their historical and social conditions and their capacity for cultural and patrimonial mediation. The cultural heritage, in its broadest sense consist all the testimony of man and his environment. This article brings some considerations on the potentiality of archaeological sites are musealized, since museums are understood as standing institution that serve the society and its development, which collect, conserve, research, communicate and exhibit, for the study, the education and the entertainment, and evidence the material of the man and his environment, which reflect different heritages within the historical framework designed by Museology. This study analyzes certain archaeological sites, the type of shell mounds, located in the Boguaçu State Park, in the APA of Guaratuba. Certain archaeological sites, which are able to visitation could be included in the open-air museums category and be used as research places and educational spaces, as well as divulgation of the need for protection of these heritage assets. The methodological procedures used in the development of this study were bibliographic, documentary and case study.

Key words: Museums. Archeological heritage. Site Museum. Archeological open air museum. Environmental protection areas.

*Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade. Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Docente da Faculdade do Litoral Paranaense – ISEPE- Guaratuba rosepati@gmail.com
**Arqueóloga do Museu Arqueológico de Samabqui de Joinville (MASJ) Doutora em História. Docente da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. dione.rbandeira@gmail.com

1 Introdução

Nas palavras de Chagas (2011), os museus, durante muito tempo serviram apenas para preservar os registros de memória e a visão de mundo das classes mais abastadas; de igual modo funcionaram como dispositivos ideológicos do estado e também para disciplinar e controlar o passado, o presente e o futuro das sociedades em movimento. Na atualidade, as instituições museológicas vêm passando por diversas transformações, não se tratando apenas de democratizar estes espaços, mas de ressignificá-los, de torná-los ferramenta de trabalho estratégica e criativa a favor do passado, do presente e do futuro.

As mudanças ocorridas na museologia contemporânea têm oportunizado diversas experiências nunca antes experimentadas na história dos museus, os percursos etnográficos, os museus abertos, os ecomuseus e a musealização de sítios arqueológicos e parques ambientais, frutos das novas demandas sociais, que a cada dia exigem mais destas instituições que necessitam inter-relacionar seu público com o ambiente cultural em que está inserido o museu, comportando o meio ambiente e a história da relação do homem com esse meio. E um dos grandes desafios reside na gestão adequada desses espaços culturais.

Ao se musealizar um espaço a céu aberto, como um sítio arqueológico, se estará corroborando com o preceito constitucional quanto à proteção do patrimônio arqueológico, dentre outros bens culturais, que devem ser protegidos, conforme o que estabelecem outorgas legais como: a Lei Federal 3924/61; a Portaria SPHAN de 07/88; a Resolução CONAMA 001/86; a Portaria IPHAN de 299/04. Bem como as diretrizes do ICOMOS[1], que a partir de suas ações em maio de 1964, consolidou a "Carta de Veneza"[2], um dos mais importantes tratados internacionais sobre a preservação do patrimônio cultural na qual é declarado que toda a intervenção de restauro em bens protegidos deve ser precedida de pesquisa arqueológica (SERRA, 2006). O ICOMOS se tornou um instrumento importante na gestão e na preservação do patrimônio arqueológico, com recomendações relativas à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, principalmente após a publicação da Carta de Lausanne em 1990 (IPHAN, 2013).

[1]Ao fim da Segunda Guerra Mundial, foi criada a UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), como uma seção da ONU especificamente voltada para as questões educacionais, científicas e culturais. A UNESCO, na sua atuação, patrocinou a criação de Conselhos Internacionais voltados para as questões patrimoniais, como o Conselho Internacional de Museus (ICOM), o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS) e o Centro Internacional de Estudos da Preservação e Conservação do Patrimônio Cultural (ICCROM) (SERRA, 2006).

[2] A Carta de Veneza faz parte da diversa gama de cartas patrimoniais, que se constituem em um instrumento valioso na proteção e preservação do Patrimônio Cultural Nacional e Internacional. São documentos assinados por diversos países para promover essa preservação do patrimônio. Num total de 39 cartas internacionais elencadas, sem mencionar as nacionais voltadas ao patrimônio arqueológico (SERRA, 2006).

A carta de Lausanne, que trata do patrimônio arqueológico, e Pardi (2002), ao tratar do meio cultural e do gerenciamento dos bens culturais arqueológicos, corroboram na proteção e administração do patrimônio arqueológico em seu meio natural e em suas relações com a história e a sociedade, e esta concepção vai ao encontro das premissas da Nova Museologia. Estas novas modalidades museológicas são a reunião de bens culturais inter-relacionados, dispostos de várias maneiras em diversos lugares apropriados a visitação e dentro do próprio "habitat" de modo que se compreenda todo o seu processo de evolução cultural (BARBUY, 1995).

O litoral paranaense apresenta um singular patrimônio arqueológico ainda preservado, distribuído no interior da APA (Área de Preservação Ambiental) de Guaratuba – PR. O objetivo deste estudo é vislumbrar os potenciais de se explorar museologicamente parte do patrimônio cultural existente nesse local.

Este estudo pode ser considerado de natureza descritiva-exploratória, com procedimentos de pesquisa bibliográfica e de estudo de caso; conforme, Yin (2005, p. 32), é "um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência". Há exemplos próximos de museu sítio, como o Parque Municipal Natural Caieira, que encerra um conjunto de sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos, e o Sambaqui do Morro do Ouro, situado no Parque da Cidade, em Joinville (SC) ambos com sítios a céu aberto em exposição visitados *in loco*, permitindo fruição social, preservacionista, científica e educacional.

2 A evolução dos museus como testemunho da história humana

As coleções de objetos conservadas nos museus são um elemento de fundamental relevância no desenvolvimento cultural do mundo moderno. Juntamente com as bibliotecas e arquivos os museus desempenham um papel importante no testemunho da história das atividades do homem desde sua origem (VARINE-BOHAN, 1979).

O museu é o denominador comum da conservação de diversas épocas pela preservação de produtos representativos de diversos períodos da história evolutiva do homem e transmissor da sua cultura durante os séculos.

Ao longo da Idade Média a noção de museu quase desapareceu, mantendo-se viva com a ação do colecionismo de novos grupos sociais europeus definidos em função da expansão do conhecimento entre os séculos XIV e XVII, como os humanistas, os cientistas, os antiquários e os artistas, surgindo novos locais em que se formam coleções: as bibliotecas e gabinetes de curiosidades com objetos e peças variados desde tecidos, porcelanas, fósseis, esqueletos, obras de artes, máquinas e inventos (ARRUDA, 2001). As conchas e pedras compunham pequenos acervos de príncipes e sábios, resultantes das grandes navegações e expansão marítima do século XV (LEWIS, 2004).

A maioria da população não tinha acesso às coleções particulares, exceto a religiosa, ou seja, parte dos acervos das igrejas. Neste período, inicia-se a criação de fundos públicos para a criação de bibliotecas e, depois, de museus públicos permanentes (ARRUDA, 2001). Tais ações coincidem com doações e compra de coleções particulares pelos Estados e pela nacionalização das antigas casas reais e eclesiásticas (ARRUDA, 2011). As tentativas de disponibilizar os acervos e as coleções a certos públicos verificam-se ao longo de todo o século XVIII. E já nos séculos XIX e XX abrem-se museus institucionais a todos os públicos como um fenômeno colonialista (VARINE-BOHAN, 1979).

Os museus, enquanto instituições e enquanto métodos de conservação e de comunicação do patrimônio cultural da humanidade, foram compreendidos como um fenômeno europeu devido a Europa ter produzido uma cultura dominante, da qual os museus são derivantes (VARINE-BOHAN, 1979). E os museus, do ponto de vista cultural, não evoluíram neste período, continuaram a ser locais que se dedicavam a colecionar, conservar, apresentar objetos (VARINE-BOHAN, 1979). Em caso algum desempenhavam papel ativo, no sentido de educar, ou dar ao público a iniciativa cultural. A burguesia, a exemplo da aristocracia, passou a fazer uso do museu como palco para a exibição de suas conquistas (SUANO, 1986).

Nesse cenário o museu cresceu e multiplicou-se. Por um lado, era a instituição ideal para abrigar as coleções necessárias às ciências naturais para suas tarefas classificatórias. Por outro, era também a instituição ideal para espelhar as mudanças em curso na sociedade europeia (VARINE-BOHAN, 1979).

O primeiro museu considerado moderno, com o intuito de educar o público, foi o Ashmolean Museum da Grã-Bretanha, datado de 1683. Este museu se originou das coleções que Elias Ashmole doou para a Universidade de Oxford, as quais se tornam acessíveis ao púbico em 1683 (LEWIS, 2004). Seu acervo era eclético e assemelhava-se aos antigos gabinetes de curiosidades, com objetos e maravilhas procedentes de

várias partes do mundo. A partir desse período diversos museus são criados na Europa, como o Museu Capitolino em Roma em 1734, fundado pelo papa. Em 1743 as coleções dos Médici são oferecidas ao estado da Toscana. E em 1753, é inaugurado o British Museum pelo Parlamento Britânico em Londres e, em 1793, o Museu do Louvre em Paris, ambos, iniciativas dos governos da Inglaterra e da França (CHAGAS, 2011).

Os museus, em sua maioria, instalados em enormes e suntuosos palácios ou então em edifícios especialmente construídos para eles, mas sempre imitando palácios ou fachadas, colunas e escadarias de templos greco-romanos, eram inibidores por excelência (SUANO, 1986). O público neles se sentia pouco à vontade, deslocado no meio de tanta grandiosidade. Em 1857, na Inglaterra, John Ruskin estudioso de assuntos de arte, apresentara um projeto à comissão parlamentar para que se desse uma função mais educativa aos museus: apresentar os objetos com uma crítica e não puramente expositiva (SUANO, 1986). E acordo com esse autor, "o importante é perceber-se que havia, no período em pauta (século XIX), plena consciência da importância do museu no processo educacional, mas não dos mecanismos para tornar efetivo qualquer programa específico" (SUANO, 1986, p. 47).

No decorrer do século XIX, a onda museológica ganha força e diversidade atingindo o continente americano e os museus conhecem novas especializações: alguns dedicam-se à arte do século XIX, outros à arte moderna ou à arte contemporânea, e há também museus organizados em torno de um único artista que ganham espaços, como o Museu Picasso de Barcelona e o Museu Van Gogh em Amsterdã (SUANO, 1986). Na segunda metade do século XIX, o museu, enquanto instituição pública, passou a refletir também de forma imediata os problemas sociais pelos quais passava a Europa. Nesse período de definições de fronteiras e de conquista da soberania dos Estados (sendo as principais, a criação do Estado alemão e a do Estado italiano), "o museu foi usado para despertar ou enraizar a consciência nacional" (SUANO 1986, p. 42).

Este fenômeno institucional, que se estendeu até a década de 1920, ficou conhecido como a era dos museus, devido ao grande número de instituições museológicas criadas em todos os continentes, favoreceu a formação de acervos ordenados e a atuação de instituições culturais com objetivos educativos e públicos (LEWIS, 2004).

A introdução da pesquisa nos museus levou-os não apenas a especializar-se enquanto área de conhecimento como, ainda, obrigou-os a um remanejamento interno de coleções, distribuição de responsabilidades e estabelecimento de planos de ação (SUANO,1986). Nessa reformulação, o museu é discutido e questionado exaustivamente. Pontos vitais, como sua arquitetura, sua ambientação, os serviços que oferecia ao público são tópicos constantes de debates.

Os museus (Política Nacional dos Museus, 2010) não são instituições estáticas, são "processos a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento" (BRASIL, 2010), instâncias fundamentais para o aprimoramento da democracia, construtor de identidade e conhecimento, da inclusão social e da percepção crítica da realidade. Assim, compete reconhecer os museus enquanto locais de preservação do patrimônio, lugares de memória, educação e pesquisa e por ser um local onde se conferem atividades de pesquisas que caracterizam pela produção de conhecimento afirmando seu compromisso social. Para Lugo, a função social de um museu é compreendida como,

> [...] el proceso de sensibilización y organización comunitaria que permite detectar a las personas, familias y grupos clave que conformarán el grupo, comité o junta vecinal que impulsará la creación del museo, así como establecer las estrategias de organización para la planeación y ejecución de todas y cada una de las actividades que hacen posible la creación y funcionamiento del museo, es decir, la promoción social es el proceso teórico y metodológico científico que investiga, valora, organiza, planea e impulsa las actividades necesarias para imaginar y hacer realidad la existência del museo (LUGO, 2011, p. 46).

É inegável ao longo da História a contribuição da ciência na produção do conhecimento através das atividades de pesquisa e na intervenção da interpretação da realidade que valida e justifica tais ações. Reconhecer a importância dos museus nesse processo torna-se relevante e evidente; o museu, enquanto produtor de conhecimento e transmissor do conhecimento produzido, deve ser entendido como lugar que dialoga e que participa da fabricação do tempo e não apenas como lugar de legitimidade e poder que categoriza e guarda o tempo (BRITO 2001).

As exigências e a complexidade da modernidade convidam os pesquisadores a diversificar as estratégias de pesquisa e o campo de possibilidades da ação dos Museus. Estas requerem uma concepção de museu adequada às necessidades contemporâneas, como por exemplo, os ecomuseus, os museus de percursos e mesmo a musealização de determinados sítios arqueológicos em busca de atender as novas demandas da sociedade. Estas novas modalidades museológicas são a reunião de bens culturais inter-relacionados, dispostos de várias maneiras em diversos lugares

apropriados à visitação e dentro do próprio "habitat" de modo que se compreenda todo o seu processo de evolução cultural (LEMOS 1981; BARBUY, 1995). Abreu (2012) já discute a experiência da etnografia de percurso como positivas para vivências museais. O que são os museus na contemporaneidade senão fragmentos cujos sentidos não escapam ao paradigma contemporâneo da fugacidade, da mudança, da velocidade? (ABREU, 2012). Mesmo essas instituições feitas para durar expressam cada vez mais dinâmicas de grande mobilidade. Muitos desses museus são permanentemente modificados, ressignificados e remanejados para atender a novas demandas de público, de ideias e de tendências (ABREU, 2012).

3 Os museus a céu aberto, sítios museus e a musealização da arqueologia

Desde meados dos anos 1970, a museologia vem sofrendo significativas transformações, impingindo nos processos museológicos a possibilidade de integrar outros aspectos do patrimônio, potencializando a ação interdisciplinar destas instituições (CANDIDO, 2003). Nesta perspectiva, vemos que,

> o conceito de "museu a céu aberto" concebido pelos escandinavos no final do século XIX, tem se tornado cada vez mais popular. Presentes também no cenário patrimonial brasileiro, iniciativas já existem desde a década de 1970. Exemplos marcantes são o Museu Felícia Leirner, em Campos do Jordão/SP, o Instituto Inhotim/MG e o Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, em Santos/ SP. Cada qual com sua característica museal específica, mas que congregam a mesma proposta: integração e sinergia entre a natureza e o estado da arte (CHRISTOFOLETTI; MORENO, 2013, p. 1).

Proposições como estas, são reflexos das profundas alterações no que diz respeito à consciência da necessidade de repensar os museus tradicionais e desencadear novos processos de musealização, para assim chegar à delimitação precisa da função social da instituição museu, onde novas experiências ganham campo, num período de pluralização dos conceitos referentes à museologia, que adquiriram novas faces e funções (BRUNO 1995).

É nesse sentido que arqueologia vai perpassar pela museologia inter-relacionando-se de maneira que o patrimônio arqueológico passe a ser compreendido como uma herança, que possa ser apropriado pelas comunidades que tenham contato com ela, pois os processos de musealização, identificados como "agentes que viabilizam a preservação patrimonial, despertam a noções de pertencimento, identidade e autoestima nas sociedades onde encontram suas raízes e fertilizam a dinâmica cultural" (BRUNO 1995, p. 225), Para a mesma autora, o processo de musealização do patrimônio arqueológico, "[...] imprime obrigatoriedade ao

estabelecimento do planejamento institucional, gerenciamento da informação e comunicação museológica" (BRUNO, 1995, p. 225). Salienta ainda que "Há um otimismo quanto às experiências que começam a contextualizar objetos ou musealizar *in loco*, entre outras" (BRUNO, 1995, p. 352), de acordo com um perfil preservacionista, científico e educativo.

As características do sítio museu estão relacionadas à musealização das áreas de pesquisa, *in loco*, por meio da constituição de museus de sítio, da reconstituição de vestígios construídos e do salvamento arqueológico de áreas vulneráveis aos processos de desenvolvimento (BRUNO, 1999).

No caso em questão trata-se de reconhecer a relevância desses espaços enquanto centros de pesquisa/produção de conhecimento, e evidentemente de repasse/transmissão do conhecimento produzido. "Este é outro aspecto que deve ser devidamente considerado, em se tratando de uma concepção de museu adequada às necessidades contemporâneas, e principalmente quando contemplada a possibilidade de musealização de sítios arqueológicos" (GUIMARÃES; NASCIMENTO, 2006, p. 5). Devemos enfatizar ainda que um museu a céu aberto, a partir de um sítio arqueológico,

> [...] ao se tornar objeto de visitação, enquanto objeto de análise, juntam-se a realização da pesquisa e a possibilidade de que o visitante possa assistir o desenvolvimento da mesma. Trata-se não só de ter acesso a um conhecimento elaborado, mas presenciar o ato do qual ele é produzido. Isto adquire maior relevância quando se considera a transmissão não só de saber científico, mas de um fazer ciência no contexto remanescente daquele que se pretende elucidar. É, sem dúvida alguma, um dos mais eficazes mecanismos de sensibilização para divulgação e preservação (GUIMARÃES; NASCIMENTO, 2006, p.7).

Bruno (1995, p.141-142) salienta que a "museologia oferece à arqueologia uma oportunidade de especial aproximação sistemática com a sociedade presente" ao vincular preocupações em dois níveis; "ao identificar e analisar o comportamento individual ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio" (BRUNO, 1995, p.141), e o desenvolvimento de processos técnicos científicos que contribua ao entendimento deste patrimônio como herança.

Do ponto de vista conceitual, a caracterização contemporânea de museus não pode prescindir dos seus aspectos voltados para divulgação/comunicação e educação. Entendido enquanto mecanismo de interferência na própria realidade, uma vez que "a ação museológica [...] deve conduzir a uma produção de conhecimento e à construção de uma nova prática social" (RAPOSO,1999, p.23). Nesta perspectiva é que deve ser entendida a natureza do sítio arqueológico e suas potencialidades enquanto realidade possível de ser musealizada.

4 Sítios arqueológicos e etnografia de percursos em unidades de conservação

Os registros arqueológicos são importantes para o conhecimento da origem do homem e sua trajetória pela história. Os sítios arqueológicos localizados pelos pesquisadores revelam o passado do homem em diversos ambientes. A cultura material em contexto com os sistemas de assentamentos pré-coloniais permitem interpretar os modos de vida das populações indígenas e as rotas de ocupação ao longo da costa brasileira (CONSENS, 2003 *apud* ZANIRATO; RIBEIRO, 2006). Pelegrini (2009), diz que os sítios patrimoniais englobam bens materiais e imateriais referentes às identidades, à ação e à memória dos diferentes grupos da sociedade humana, manifestos por meio das distintas formas de expressão; objetos, edificações, paisagens culturais, históricos e arqueológicos. A propagação das sociedades sambaquianas e indígenas, na planície costeira na pré-história, resultaram na edificação de admiráveis moradias cujas estruturas persistem até hoje interpretadas como marcos paisagísticos, que duraram muito mais que os processos que os criaram. Os sítios arqueológicos e históricos constituem-se interessantes objetos de pesquisas e análises antropológicas e históricas, que podem de certo modo ser musealizados sob o ponto de vista da gestão e conservação do patrimônio cultural, pois em muitos sítios os vestígios arqueológicos podem ser encontrados à flor da terra o que favorece tais práticas (RAPOSO,1999; SANTOS,1998).

Raposo, em estudos de experiências portuguesas sobre museus etnográficos, arqueológicos e sítios musealizados, acrescenta que os sítios e demais monumentos musealizados surgem aos olhos de muitos como realidades próximas; atuais; populares e autênticas “[...]. Pode-se dizer que idealmente, isto é, sem qualquer constrangimento financeiro, todos os vestígios patrimoniais deveriam manter-se nos seus locais de origem, serem encenados e servidos *in loco*” (RAPOSO, 1999, p. 56-57). Essas iniciativas de patrimonialização e musealização inscrevem-se em novas construções de percepções espaciais e de ressignificações da função social dos museus, privilegiando experiências únicas em paisagens e espaço nunca antes explorados pelos museus e seus visitantes (RAPOSO, 1999). Estas experimentações corroboram com a ideia de novas formas de auto-organização e autoaprendizagem que vislumbram os museus para a contemporaneidade,

> (...) essa nova institucionalidade, oriunda "dos experimentos contra-institucionais surgidos do processo expansivo dos novos movimentos sociais ao longo da última *década",* põe em questão os conceitos, processos e programas do museu: arte, artista, patrimônio, coleção, conservação, educação, acesso, público, expertise, etc. Trata-se do museu como lugar de encontro e

> intermediação de múltiplos atores, para a "experimentação de formas de auto-organização e autoaprendizagem. O objetivo desse método é produzir novas estruturas que possam dar lugar a formas inéditas (em rede, sem hierarquias, descentralizadas, deslocadas...) de articulação de processos artísticos e processos sociais. Trata-se de dar "agência" aos públicos, de favorecer sua capacidade de ação e de superar as limitações das divisões tradicionais entre ator e espectador, produtor e consumidor" (MACBA, apud YUDICE, 2010, p.23).

As experiências da etnografia dos percursos, ecomuseus ou museus abertos, tem conduzido o homem a mundos jamais imaginados, mundos que se situam na fronteira entre temporalidades muito distintas que, ao se mesclarem, ressignificam as experiências de vida e as percepções da paisagem e dos lugares, em que os narradores ou guias são intermediários nos objetivos de restaurar elos perdidos, vínculos que se romperam entre as muitas histórias que se apresentaram ao longo dos anos, proporcionando novos olhares e memórias, no contexto das ações patrimoniais (ABREU, 2012).

O ambiente, a natureza, a paisagem neste sentido de percurso pode ser explorada pelas ações patrimoniais proporcionando sensações nunca antes experimentadas, pois os monumentos que integram o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, étnico, cultural e paisagístico, constituído pelos bens de natureza material e imaterial são portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nacional (ABREU,2012). Nas Áreas de Proteção Ambiental, as normas estabelecidas com o fim de limitar ou proibir atividades que afetem as condições locais, preveem, dentre os aspectos a serem consideradas, as ações de atividades patrimoniais, onde se pode considerar a musealização de sítios arqueológicos, desde que sejam tomadas todas as precauções de impacto e degradação ao bem cultural explorado.

O primeiro impacto que incide sobre um sítio arqueológico aberto à visitação pública é, sem dúvida, o risco de destruição dos vestígios arqueológicos. Por este motivo, faz-se necessário o estabelecimento de roteiros de visitação que deverão prever a implementação de elementos infraestruturais de proteção, tanto para os vestígios arqueológicos, quanto para os visitantes (RAPOSO,1999). Do ponto de vista do patrimônio arqueológico, a APA de Guaratuba apresenta resultados positivos para este fim, em especial o Parque Estadual do Boguaçu.

5 O parque estadual do Boguaçu na área de proteção ambiental (APA) de Guaratuba - pr.

Os primeiros relatos a respeito do litoral paranaense foram feitos por Hans Staden, alemão que veio ao Brasil com destino ao Rio da Prata, que com ajuda de intérpretes estabeleceu os primeiros contatos com os povos da região, quando a embarcação aportou na Ilha de Superaguí (PARANÁ, 2002).

O litoral paranaense, cujo patrimônio natural é notável e singular, tem no tombamento da Serra do Mar o primeiro ato institucional de reconhecimento de seu valor ambiental, único e especial. Ocorrido em 25 de julho de 1986, o tombamento da Serra do Mar é um marco na cultura preservacionista paranaense (PARANÁ, 2002).

O Bioma Floresta Atlântica é reconhecido internacionalmente no ano de 1993. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, por decisão do Bureau do Conselho Internacional de Coordenação do Programa o Homem e a Biosfera, cria a Reserva da Biosfera da Floresta Atlântica (PARANÁ, 2002), englobando áreas do litoral paranaense, São Paulo e Rio de Janeiro. A área integra a rede internacional das Reservas da Biosfera, por merecido reconhecimento de sua biodiversidade, identidades histórica e cultural e equilíbrio ecológico da Serra do Mar e de sua paisagem (PARANÁ, 2002).

Em 1988, a Constituição Federal explicitou a necessidade de construção de espaços públicos em vários setores de definição e execução de políticas públicas, dentre elas o ambiente. Assim, e acrescidos do “efeito Rio 92”, instituíram-se conselhos, comitês de bacias, Agendas 21, coletivos jovens e outras instâncias, que, baseados em leis e acordos específicos, muito vem contribuindo para a capilarização e a consolidação da participação popular nas diversas esferas de consulta e decisão (LOUREIRO, 2004). Notadamente após a regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pelo decreto 4340/2002, iniciativas vêm sendo realizadas pelos órgãos públicos e demais instituições envolvidas com a gestão dessas áreas, em suas diferentes categorias, no sentido de dar materialidade ao disposto na lei (BRASIL, 2004). Nesse âmbito, também se relatam dificuldades na efetivação e no funcionamento dos conselhos (BRASIL, 2004).

Em 18 de julho de 2000, a Lei Federal 9985, regulamentando o artigo 225 da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (BRASIL, 2004). Estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Por Unidades de Conservação a lei define:

> espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, como objetivos de conservação e limites definidos, sob-regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2004).

Em face da elevada qualidade paisagística do seu território, a singularidade de sua baía, a beleza de seus rios, a diversidade biológica e a excepcionalidade dos complexos florestais de restingas e manguezais que exigem proteção, Guaratuba possui quatro Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental, Parque Estadual do Boguaçu, Parque Municipal Natural da Lagoa do Parado, Parque Nacional de Saint Hilaire/Lange (PARANÁ, 2002).

A APA de Guaratuba (Figura 1), declarada como área de proteção ambiental em 27 de março de 1992 através do Decreto Estadual n. º 1234, tem como objetivo resguardar os aspectos biológicos, cênicos e culturais de uma extensão aproximada de 199.596,50 hectares de Floresta Atlântica e ecossistemas associados (PARANÁ, 2002). Seu perímetro inicia na linha de Tombamento da Serra do Mar e abrange parte dos municípios de Guaratuba, Matinhos, Tijucas do Sul, São José dos Pinhais e Morretes (IAP, 2009).

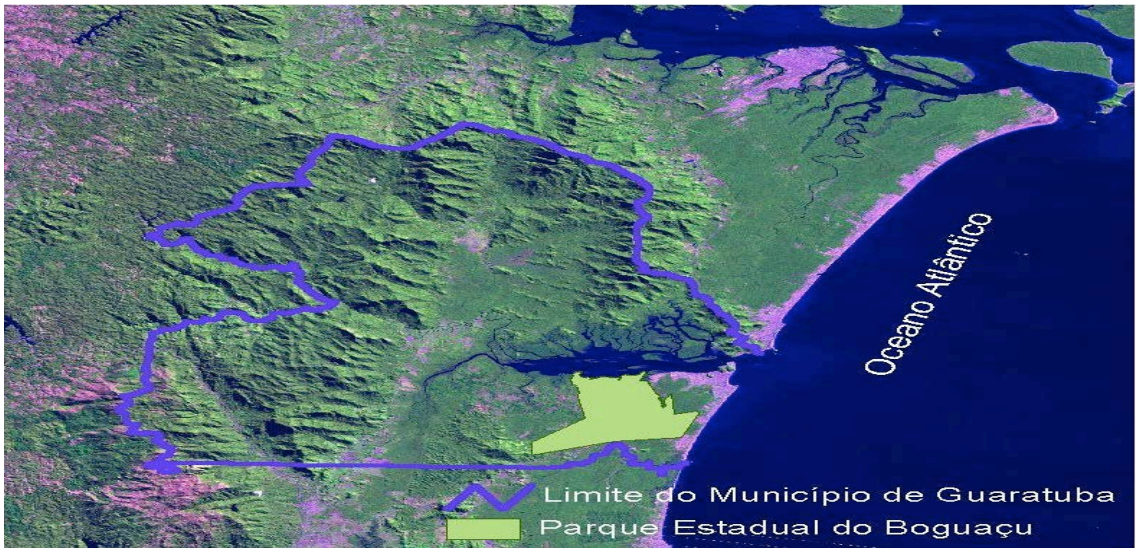

Figura 1 – Área de abrangencia da APA de Guaratuba, em azul, e Parque Estadual do Boguaçu, em verde claro. Fonte: PARANÁ, (2002).

Entende-se por APA, as unidades de conservação sob a tutela do Estado, com vista à preservação de áreas florestais, ecossistemas de manguezais e bens culturais, tendo estas áreas, legislação disciplinar própria, com o objetivo principal de proteger os ecossistemas locais e promover o desenvolvimento econômico e social (FERREIRA *et al,* 2009). O Sistema Nacional de Unidades de Conservação/SNUC classifica as Áreas de Proteção Ambiental como Unidades de Uso Sustentável, o que significa que, diferentemente das demais modalidades de Unidades de Conservação (UC), o uso econômico direto dos recursos naturais é disciplinado, não proibido (FERREIRA *et al* 2009).

A APA de Guaratuba tem como objetivo compatibilizar o uso racional dos recursos ambientais da região e a ocupação ordenada do solo, proteger a rede hídrica, os remanescentes da Floresta Atlântica e de manguezais, os sítios arqueológicos e a diversidade faunística. Objetiva-se também, com a criação da APA de Guaratuba, disciplinar o uso turístico e garantir a qualidade de vida das comunidades caiçaras e da população local (PARANÁ, 2002).

A APA de Guaratuba possui Plano de Manejo desde 2004 e a competência legal de sua administração é da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas - DIBAP, do Instituto Ambiental do Paraná. De acordo com a Lei Federal 9985/00, Plano de Manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (IAP, 2004).

O Parque Estadual do Boguaçu, é uma Unidade de Conservação (UC) delimitada dentro da APA de Guaratuba, foi criado pelo Decreto Estadual 4056, de 26 de fevereiro de 1998, possui área de 6052 ha, e tem por objetivo assegurar a preservação dos ecossistemas de manguezal e restinga do entorno do Rio Boguaçu e Boguaçu Mirim, bem como proteger os registros culturais que ali se encontram (IAP, 2004). Segundo o Plano Diagnóstico de Desenvolvimento Integrado (PDDI) do Litoral, o Parque Estadual do Boguaçu:

> (...) além da importante função de preservação dos ecossistemas e bens culturais, poderá se constituir em equipamento urbano de lazer e cultura, voltado para a conscientização da comunidade da importância e notabilidade da paisagem litorânea e das riquezas culturais existentes nela das primeiras ocupações do litoral paranaense (PARANÁ, 2002, p. 87).

No litoral paranaense estima-se que a ocupação humana tenha ocorrido há 6.000 anos antes do presente (AP) devido a sítios arqueológicos do tipo sambaquis distribuídos ao longo da costa em locais de abundante alimentação, como manguezais, rios e lagoas (PARANÁ, 2002). Esta ocupação é muito anterior à chegada de povos indígenas na região de Guaratuba, e nela, por séculos, viveram antes de chegarem os europeus que deram começo à povoação da qual se originou a Vila de Guaratuba (MAFRA, 1952).

A riqueza arqueológica da Baía de Guaratuba ficou evidente nos levantamentos de campo, realizados por estudiosos como João José Bigarella, Loureiro Fernandes, Claudia Inês Parellada e Laércio Loiola Brochier, e os registros arqueológicos mais conhecidos na região referem-se aos sambaquis, os quais são verdadeiros monumentos de adaptação humana ao meio ambiente costeiro.

Os sambaquis, segundo De Blasis (1998) e Bandeira (2005), são elevações de conchas em forma de colina com diferentes tamanhos, composição e idade. Em sua maioria, são compostos de conchas de moluscos, ossos de animais, artefatos e ossadas humanas decorrentes de sepultamentos ali realizados pela sociedade sambaquiana (BANDEIRA, 2005).

As pesquisas arqueológicas frequentemente disponibilizam novos dados e informações que impossibilitam, hoje, a existência de um consenso tanto sobre a época da ocupação quanto sobre o modo de como povos pré-coloniais chegaram aqui (PARDI, 2002). No Brasil existem vestígios importantes para o entendimento dessas questões e que estão sendo perdidos ou degradados em função de um processo de ocupação intensa e acelerada das zonas costeiras do país (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006).

A presença significativa de bens arqueológicos já identificados na APA de Guaratuba, bem como um imenso potencial para a existência de recursos ainda não descobertos, conforme as Figuras 2 e 3 remetem à relevância ímpar desta área para o desenvolvimento de atividades e programas de pesquisa, conservação e preservação, ou seja, direcionados para a produção de conhecimento científico, para a manutenção dos recursos culturais existentes.

A musealização de lugares *in loco*, de sítio arqueológico, como o sítio histórico da Barra Velha (figura 2), e o sítio lítico da Ilha da Pescaria (figura 3), proporcionaria experiências diversas para os visitantes, bem como seriam instrumentos de sensibilização para a necessidade de preservá-los, visto que estes sítios sofrem degradação por agentes ambientais e antrópicos. Assim, as experiências advindas do percurso etnográfico destes lugares auxiliariam nas ações culturais e educacionais

que, posteriormente, substanciariam estratégias de planejamento e manejo ambiental, provendo a proteção do patrimônio arqueológico que instigaria ações e políticas culturais municipais. Neste sentido, “os sítios musealizados oferecem, sobre os museus, as vantagens do contacto “directo” com os vestígios do passado, nos seus respectivos contextos” (RAPOSO, 1999, p. 67), podendo servir a necessidades sociais estimáveis, como a educação patrimonial e fomento do turismo cultural, a partir da refuncionalização desses espaços.

Figura 2 - Ruínas de engenho de farinha no Parque Estadual do Boguaçu.
Fonte: Wasilewski (2013)

Figura 3 - Oficina lítica da Ilha da Pescaria na APA de Guaratuba.
Fonte: Wasilewski (2013)

A criação de vazios humanos em áreas de preservação conduz ao risco de se provocar o inverso do que se deseja, facilitando sua invasão e destruição, pois experiências diversas têm demonstrado que os recursos e mecanismos de que se dispõe para sua vigilância são, em geral, escassos e ineficientes, expondo ao abandono e marginalidade os recursos arqueológicos e históricos encontrados em parques e unidades de conservação.

6 Considerações finais

Ao finalizar este estudo, percebe-se a ressignificação que os museus vêm passando nas últimas décadas. Ganham destaque a diversidade museal e a democratização dos espaços culturais que podem ser compreendidos como museu. O fenômeno crescente da diversidade museal vem pondo abaixo as tipologias museológicas baseadas em disciplinas, acervos e instituições colossais como era no passado. A abertura dos museus pode dar aos demais atores institucionais, a flexibilização das narrativas museográficas de sínteses nacionais ou regionais, a experimentação de novos modelos museológicos, permitindo a apropriação de novos espaços e novos métodos de divulgação do patrimônio e da cultura de determinados locais.

A Baía de Guaratuba possui alta potencialidade para a musealização de determinados sítios arqueológicos, por apresentar grande quantidade e diversidade de sítios, dos tipos sambaquis, cerâmicos, líticos e históricos. Os sambaquis, bem como os sítios líticos e históricos existentes nas margens dos rios e ilhas da baía podem ser explorados como museus abertos e interativos, colocando-os na condição de mecanismo à disposição do exercício da cidadania através das ações de pesquisa e educação patrimonial.

Frente a este cenário, tem-se como maior desafio das gestões dos parques ambientais com patrimônio arqueológico e histórico a adequação de políticas públicas e integrações de programas de intervenções culturais nos Planos de Manejos, que garantam a realização dos objetivos a partir dos quais estes espaços foram criados e sejam além de instrumento de proteção, instrumentos de planejamento para a promoção e divulgação dos bens patrimoniais contidos nestas áreas a considerar as premissas do processo da musealização da arqueologia. As novas nuances museais, além de preservar a memória cultural, apresentam-se como alternativas do desenvolvimento socioeconômico dessas regiões, com processos destinados à implantação do turismo e de pesquisa, incluindo as pessoas da própria comunidade na gestão compartilhada destes locais.

Referências

ABREU, Regina. **Colecionando museus como ruínas**: percursos e experiências de memória no contexto de ações patrimoniais. Rio de Janeiro, Unirio, 2012.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Metrópole e cultura***:* São Paulo no meio século XX. Bauru: Edusc, 2001.

BANDEIRA, D. R. Os constritores dos montes de Conchas e os mais antigos moradores da Baía da Babitonga. **Revista Joinville Ontem e Hoje.** Ed nº3/março. Joinville: Câmara Municipal de Joinville, p. 4-9.

BARBUY, Heloisa. A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise. **Anais do Museu Paulista**, v. 3, p. 209.236 jan./dez. 1995.

DE BLASIS, Paulo. Padrões de assentamento e formação de sambaquis em Santa Catarina. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, SÃO PAULO, v. 8, p. 319-321, 1998.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Declaração de Brasília para a educação ambiental. In: **Anais I Conferência Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus MINC/IBRAM, **Política Nacional de Museus**. Relatório de Gestão 2003-2010. Brasília: MinC/Ibram, 2010.

BRITO, Joaquim Pais de. Sobre a voz e o lugar do Museu. In: COSTA, Paulo Ferreira (coord.) **Museus e patrimônio imaterial**: agentes, fronteiras, identidades. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação Instituto dos Museus e da Conservação; Softlimits, 2001. p. 355-369.

BRUNO, Maria Cristina oliveira. **Musealização da Arqueologia**: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. Tese (Doutorado). São Paulo: MAE/USP. 1995.

_____. A Importância dos Processos Museológicos para a Preservação do Patrimônio. In: Reunião Internacional de Teoria Arqueológica, 1999, Vitória. In: I REUNIÃO INTERNACIONAL DE TEORIA ARQUEOLÓGICA NA AMÉRICA DO SUL**. Anais.../Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, suplemento, v. 3. p. 333-337,1999.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Ondas do pensamento museológico brasileiro. **Cadernos de sociomuseologia**, v. 20, n. 20, p. 163-203, 2003. Disponível em: http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia. Acesso em 10.07.2014.

CHAGAS, Mário de S. Museus, memórias e movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 41, p. 5-15, 2011.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo; MORENO, Patrícia Ferreira. Museu a céu aberto: discussões sobre fruição, patrimônio e arte. In: VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL. Escritas da História: ver-sentir-narrar. Teresina, 2013. **Anais...**, p. 12. 2013. Disponível em: http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/resumos/ST12.pdf Acesso em agosto 2013.

FERREIRA, Marcia. R.; NEGRELLE, Raquel. R. B; ANACLETO, Adilson. VALENTE, Thiago. P. **Comunidades rurais extrativistas da Mata Atlântica***:* uma abordagem sobre as famílias em Área de Proteção Ambiental no litoral paranaense. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

GUIMARÃES Carlos Magno; NASCIMENTO, Evelin Luciana M. De sítio arqueológico a espaço musealizado. **Anais do Museu Histórico Nacional,** v. 38, p. 25-44, 2006. Disponível em: http://morrodaqueimada.fiocruz.br/pdf/11_sitio.pdf. Acesso em agosto de 2014.

IAP. **Instituto Ambiental Paranaense**. Disponível em http://www.iap.pr.gov.br/.Acessado em jul, 2013.

IPHAN. Carta Lousanne preparada pelo Comité Internacional para a Gestão do Património Arqueológico (ICAHM) e adoptada pela 9ª Assembleia Geral do ICOMOS, realizada em Lausanne em 1990. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=262. Acesso em: 17 jul. 2013.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense,1981.

LEWIS, Geoffrey. O papel dos museus e o Código de Ética Profissional. In: BOYLAN, Patrick J. (Ed). **Como gerir um museu**: manual prático. UNESCO/ ICOM. 329 p. 2004, p. 1-16.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em Ação**, v. 7, n. 1, p. 37-50, jan./abr. 2004.

LUGO, A. M. Concepción, método y vinculación de la museología comunitária. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 41, p. 45-58, 2011.

MAFRA, Joaquim da Silva. **História do município de Guaratuba**. Guaratuba, s/e.1952

PARDI, Maria Lucia Franco. **Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural). Goiânia: Universidade Católica de Goiás, IGPA, 2002.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. **Tombamento da Serra do Mar**. Curitiba, 1987. 159 p.

PARANÁ. Conselho do Litoral. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) – Guaratuba**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 286p, 2002.

PARANÁ, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Caderno Estatístico do Município de Guaratuba**, 2009. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php>. Acesso em: 24/07/2013.

PELEGRINI, Sandra C. A**. Patrimônio cultura**l: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RAPOSO, L. Museus de Arqueologia e sítios arqueológicos musealizados: identidades e diferenças. **O Arqueólogo Português**, 4ª série, v. 17, p. 55-72, 1999, Lisboa. Disponível em: <http://www.museuarqueologia.pt/documentos/MuseologiaPT3_LRaposo.pdf> Acesso em julho de 2013.

SANTOS, Maria Célia T. M. Museu-Casa: Comunicação e Educação. In: II SEMINÁRIO SOBRE MUSEUS-CASAS. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998.

SERRA Daniela Campos De Abreu. **A participação da sociedade civil organizada na gestão do patrimônio cultural de Ribeirão Preto**: O CONPPAC/RP.2006, 257f. (Dissertação) Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Faculdade de História, Direito e Serviço Social. São Paulo.

SUANO, Marilene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VARINE-BOHAN, Hugues de. Passado e presente dos museus. In: ROJAS, R.; CRESPAN, J.L.; TRALLERO, M. **Os museus no mundo**. Rio de Janeiro: Salvat, 1979. p. 7-59. (Biblioteca Salvat de Grandes Temas).

WASILEWSKI, Marcos. [*Fotografia*] Instituto Guaju – Educação Ambiental, Resgate cultural e desenvolvimento Sustentável. Guaratuba. Cedida em janeiro de 2013.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YÚDICE, George. Museu molecular e desenvolvimento cultural. In: NASCIMENTO JUNIOR, José do. (Org.). **Economia de museus**. Brasília: MinC/IBRAM, 2010. p.204-234.

ZANIRATO Silvia Helena; RIBEIRO Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História** v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.

Submetido em 13.02.2014
Aceito em 22.08.2014